O JUDICIÁRIO

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES ■ ANO VIII - Nº 73 - JUNHO DE 2016 ■ WWW.AMC.ORG.BR

AMC
RUA DOS BAMBUS, 116,
ITACORUBI - FPOLIS (SC)
88034-570

ANIVERSÁRIO

AMC e ESMESC celebram datas com programação especial

FOTO/FÁBIO EDUARDO SILVA

PÁGS. 6, 7 E 8

REPORTAGEM

Falta de estrutura compromete audiências de custódia

PÁGS. 10 E 11

Perfil: *O Judiciário* conta a trajetória da Juíza Bettina Maria Maresch de Moura

Página 9

CIDADANIA

Rádio Justiça completa 12 anos no ar em Tubarão

CONTRACAPA

EDITORIAL

AMC e ESMESC: trajetórias de sucesso

Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e a Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC) comemoraram neste mês de junho, com uma programação especial, os seus 55 anos e 30 anos de fundação, respectivamente. Nesta edição, O Judiciário apresenta uma cobertura completa dos eventos realizados, que reuniram bom público na Capital catarinense.

A AMC foi fundada, em 1961, com o intuito de reunir Juízes e Desembargadores em torno de questões comuns, com destaque inicial para aquelas ligadas à vida funcional, em que inseridos direitos e garantias, além de estimular a solidariedade e o coleguismo.

De início tímido, mas firme em seus ideais, a Entidade soube ultrapassar as dificuldades inaugurais e hoje se apresenta forte e ativa, não só na representação da Classe, mas também no estímulo à cultura do Direito, na preparação de candidatos à carreira da Magistratura e no aprimoramento profissional, na defesa da Cidadania e dos Direito Humanos, assim como na busca da pacificação e alcance da Justiça Social.

Sua história é motivo de orgulho para aqueles que integram a Justiça catarinense.

A AMC conta hoje com aproximadamente 700 associados, entre Magistrados ativos e aposentados, bem como suas pensionistas. Além disso, possui importante braço acadêmico, a ESMESC, com sede na Capital e espalhada por meio de extensões nas diversas regiões do Estado.

Em sua atuação, a AMC carrega as angústias e os anseios de Juízes e Desembargadores, de hoje e de sempre, de tornar efetiva a prestação da jurisdição, de cumprir com eficiência e eficácia o papel em favor da Comunidade e de, consequentemente, alcançar o fortalecimento do Estado e de suas Instituições. Noutro ponto, a AMC alinha-se com parceiros e direciona especial atenção à Sociedade no desenvolvimento de programas e projetos que buscam a disseminação da igualdade, da paz e da justiça, com prioridade às políticas de inserção pela educação, conscientização e criação de oportunidades.

> A AMC carrega as angústias e os anseios de Juízes e Desembargadores, de hoje e de sempre, de tornar efetiva a prestação da jurisdição (...)

Em suma, a AMC procura dar concretude a essas aspirações, mantendo firme o propósito de "fortalecer a Magistratura para promover a Justiça, garantir a Democracia e construir uma Sociedade melhor", como bem sinaliza a sua missão institucional.

[MEMÓRIA]

FOTO: ARQUIVO AMC

Com a fundação da AMC, em 1961, uma diretoria provisória foi constituída e a diretoria estabelecida da seguinte forma: Euclydes de Cerqueira Cintra, como Presidente, João Thomaz Marcondes de Mattos, como Vice-Presidente e Jaymor Guimarães Collaço, como Secretário. Cinco meses depois, no dia 8 de julho de 1961, a AMC veio a ser definitivamente instituída, com a realização da **Assembléia Geral** de constituição, na presença de 28 Magistrados.

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi, Florianópolis/SC. CEP 88034-570
(48) 3231-3006
imprensa@amc.org.br

www.amc.org.br

Diretoria Executiva

Presidente - Juiz Odson Cardoso Filho
1º Vice-Presidente - Juíza Jussara Schittler dos Santos Wandscheer
2º Vice-Presidente - Juiz Osvaldo João Ranzi

Comunicação Social
Diretor - Juiz Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Diretor Adjunto - Juiz Renato Guilherme Gomes Cunha

O JUDICIÁRIO

Ano VIII - nº 73 - Junho/2016

Tiragem: 2 mil exemplares

Impressão: Gráfica Rio Sul

Distribuição Gratuita

Jornalista responsável
Fabrício Severino/SC01061-JP

Produção, Textos e Edição
Fabrício Severino
Karina Schovepper

Diagramação e Projeto gráfico
Karina Schovepper

Colaboração
Assessoria de Imprensa do TJ/SC

ARTIGO

SHOW DE ILUSIONISMO
A audiência de custódia

Marcos Bigolin e Antonio Augusto Baggio e Ubaldo
Juízes de Direito

Geraldo Vandré já pedia para que se preparasse o coração para as coisas que pudessem não agradar, porém, sem qualquer constrangimento ou reserva lança-se crítica direta às audiências de custódia, desde sua origem, realização e efeitos do novel instituto, o que é enorme desafio.

O texto relativo a estas audiências no Pacto de São José da Costa Rica dispõe que o preso deve ser apresentado "sem demora" à autoridade judiciária. De pronto se questiona como delimitar o lapso temporal e, tendo em vista que o sistema luso-brasileiro não contempla (ainda) o Juízo de Instrução ou de garantias, tem-se que o instituto é absolutamente estranho à tradição e prática jurídica nacionais.

Pela Resolução 213 – sufragada pelo STF – o CNJ se arvorou de competência legislativa e determinou a realização de audiência de custódia no prazo de 24 horas. Disciplinou, inclusive, o conteúdo desta audiência de apresentação e as garantias mínimas que devem ser observadas. Ora, nem mesmo o Presidente da República poderia disciplinar regras processuais (art. 62, § 1.º, I, b, da CF), mas o fez o CNJ e por resolução. Até a própria indenpendência judicial ficou alcançada, porque o CNJ prevê o que deve ou não fazer o Juiz.

O prazo de 24 horas não atende necessariamente ao que dispõe o Pacto de São José e nem atenta aos procedimentos que tornam esse lapso deveras exíguo e oneroso, pois obriga a escolta, deslocamentos de agentes de segurança, honorários advocatícios, compensação por horas extraordinárias de Juiz, Promotor, Defensor, Servidores, etc.

Não se pode pretender resolver de modo enviesado o problema da falta de vagas em presídios pelo Judiciário e por este tipo de ato.

A justificativa e objetivos divulgados seriam combater violência policial e provimentos acautelatórios desnecessários, notadamente a privação de liberdade.

Ocorre que, ao menos em Santa Catarina, não se tem notícia de que não tenha ocorrido a comunicação de alguma prisão ao Juízo e, muito menos, que Magistrado tenha sido relapso em verificar a legalidade do ato e, fundamentadamente decidido sobre providências acautelatórias previstas no CPP. E é de se pretender que se efetive de fato os controles externos pelo Ministério Público ou pela OAB, ou pela Polícia. Não se pode pretender resolver de modo enviesado o problema da falta de vagas em presídios pelo Judiciário e por este tipo de ato.

Relativo ao combate ao abuso estatal, quiçá ainda por resquício das prisões/conduções/tortura durante o período 64/88, presume-se que todo conduzido seja uma vítima em potencial dos agentes do Estado, o que é contraditório em uma democracia justamente porque no regime democrático o que se presume é a legitimidade do ato administrativo – este sim presumidamente legítimo, por observar a Constituição Federal.

E, ao argumento de que a prática se mostra contrária, opõe-se que a realização das audiências de custódia redunda providência geral que não alcança os casos específicos para os quais há necessidade de apuração e repreensão. Em temerário exercício de premonição, em futuro breve se terá evidente que a audiência de custódia não servirá para coibir os casos de abuso, de tortura, de violência injustificada, etc. Será mais uma bela moldura para um quadro de inefetividade de providências.

Por derradeiro e para além da inutilidade do ato, enfatiza-se sua absoluta inconveniência porque redunda em incremento das inflacionadas pautas de audiências, com exposição pessoal de magistrado, com ônus para a estrutura do Poder Judiciário, Ministério Público, e do Executivo, com combalida segurança, precária participação da Defensoria Pública – que não comparece aos atos nos finais de semana e feriados –, sem qualquer incrementação logística para realização e sem utilização dos aparatos tecnológicos disponíveis em tempos de digitalização ou virtualização de processos.

Enfim, respeitável público, apresentamos mais uma solução mágica tipicamente brasileira de querer resolver os problemas de modo oblíquo.

Coluna do Baco

Por Edson Ubaldo*

O VINHO DAS OSTRAS

Moluscos e crustáceos sempre estiveram entre os principais alimentos dos primitivos povos costeiros e ribeirinhos e em algumas partes do planeta continuam a estar até hoje. Umas poucas espécies, ao longo dos séculos, tornaram-se apreciadas e disputadas pelo seu sabor e/ou pela sua raridade. Elevada à condição de iguaria, a ostra reina soberana na área dos moluscos, sem contar que algumas variedades produzem belíssimas pérolas, como as famosas South sea, sonho de consumo de rainhas e plebeias.

As ostras, exigentes de águas limpas, foram abundantes no passado, mas a invasão imobiliária das zonas costeiras, seguida da poluição dos mares, fez com que sua produção diminuísse drasticamente. Nos dias atuais são cultivadas em fazendas marinhas, com análise constante da qualidade da água, pois são animais sensíveis e sujeitos à morte se seu meio-ambiente não for sadio. Poucas são as áreas onde as ostras se reproduzem sem intervenção humana.

Ao chegar ao mundo gourmet a ostra se encontrou com o vinho, mas foi logo avisando: "sou delicada, fina, gostosa, exigente, por isso não aceito companheiros rústicos ou marcados por taninos salientes". Os franceses responderam à altura, apresentando-lhe o Chablis – um noivo elegante, translúcido, seco, mineral, refrescante, de ótima acidez, recendendo a flores e frutos cítricos, filho de Dª Chardonnay, senhora de cor branca, de excelente reputação, recatada, do lar, integrante da mais alta nobreza vinícola. O feliz casamento permanece firme, porém aberto: Chablis vai bem com peixes e outros frutos do mar, enquanto a ostra se entende com Sauvignon Blanc, Chenin, Riesling e demais variedades brancas portadoras de boa acidez.

O curioso é que esse vinho nasce em solo formado por cascas de ostras. Há cerca de 150 milhões de anos os movimentos geológicos do jurássico superior formaram um imenso bloco de sedimentos argilo-calcários, conhecido por Kimmeridge, nome de pequena aldeia situada na costa inglesa de Dorset. Ali começa essa faixa rochosa, semelhante aos nossos sambaquis, que passa a grandes profundidades sob o Canal da Mancha e a Normandia, até aflorar na vila de Chablis, a noroeste da Bourgogne e a cerca de 220 km ao sul de Paris. Nesse solo tão especial a Chardonnay viceja majestosa, produzindo um dos melhores brancos do mundo. Trata-se de uma denominação de origem controlada (AOC), com as seguintes classificações: Petit Chablis, Chablis, Chablis Premier Cru e Chablis Grand Cru. Mesmo com toda a fama, salvo a classificação mais alta, os Chablis têm custo médio, entre R$ 100 e R$ 200 a garrafa. Sua perfeita harmonia com as ostras data de séculos. Eustache Deschamps, poeta medieval, assim se referiu a esse belo vinho: "Je donnerais fortune et titre pour m'enivrer de ce vin blanc avec des huîtres".(Eu daria fortuna e título para me embriagar deste vinho branco com ostras).

Nossa bela e Santa Catarina, dentre outras virtudes e bênçãos do Grande Arquiteto do Universo, foi aquinhoada com águas quase milagrosas, onde fazendas marinhas produzem as melhores e mais baratas ostras do mundo (6 a 8 reais a dúzia, pode ?). Em especial nesta época, dá gosto vê-las: brilhantes, gordinhas, suculentas, saborosas, prontas para serem degustadas cruas e vivas, com um branco geladinho. Se não tiver Chablis, elas aceitarão outro branco seco, desde que tenha boa acidez. Não se casam bem com vinhos que tenham altos teores de açúcar residual, tais como os alemães em geral, os botritizados, os fortificados (Porto, Madeira, Jerez) e os originários das variedades moscatadas.

E com champagne e outros espumantes, como ficam as ostras ? Em sendo bem secos (brut ou extra brut), a resposta é simples: m a r a v i l h o s a s ! Desde que frescas e cruas, naturalmente. O champagne, por ser muito caro, pode e deve ser substituído por algum dos espumantes nacionais, hoje reconhecidos entre os melhores do mundo. Segundo a crença popular, esta combinação seria afrodisíaca. Será verdade ? Em parte sim, em parte não. A parte negativa está no fato de que o suposto efeito não tem respaldo científico algum. O lado positivo existe, sim, pois ostra com espumante é combinação perfeita para uma noite romântica. Aí entra o efeito desinibidor do álcool e as coisas podem acontecer.

A forma clássica de consumo é ao natural, aberta na hora, com pleno aproveitamento de seu sabor e propriedades. Como sói acontecer, nossos chefes de cozinha criaram e ainda criarão centenas de receitas diferentes, o que é louvável, desde que não sacrifiquem o gosto especial e único que a natureza deu a este delicado molusco. Uma das mais corriqueiras e de grande demanda nos restaurantes é a ostra gratinada, pois grande número de pessoas tem preconceito em consumi-la crua (não imaginam o que estão perdendo..). Nesta hipótese qualquer vinho serve, até mesmo o tinto, pois ostra gratinada só tem gosto de queijo e requeijão. Se ao invés de ostra o restaurante colocar na casca um marisco, um pedaço de peixe ou de camarão, ninguém vai notar. Mas o vinho tinto não vai matar a ostra ? Neste caso não, pois o sabor desta já foi assassinado pelo gosto acentuado, salgado e dominante do queijo e do requeijão em que a afogaram.

Para finalizar, cumpre lembrar a quem não gosta de vinho, que as ostras não reclamarão se forem acompanhadas de uma cervejinha bem gelada. *Prosit!*

**Desembargador aposentado*

NOVOS CAMINHOS

Entidades projetam metas para o segundo semestre

O Programa Novos Caminhos, iniciativa conjunta do Tribunal de Justiça, Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e Federação das indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc), foi tema de reunião da Coordenadoria Estadual da Infância e Juventude (CEIJ) com os parceiros, oportunidade em que todos discutiram novas diretrizes e debateram questões estruturais.

No encontro, realizado no dia 14/6, também foram avaliadas as "aulas inaugurais", eventos em que os adolescentes com perfil exigido são convidados a conhecer o programa. São nestes momentos que ocorrem a ambientação, com o esclarecimento de dúvidas e a apresentação da agenda de cursos. Em 2016, já aconteceram aulas inaugurais nos municípios de Itajaí, Blumenau, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Chapecó, São Miguel do Oeste e Rio do Sul.

O Novos Caminhos tem como finalidade qualificar e profissionalizar adolescentes com idade a partir de 14 anos, que se encontram ou passaram por situação de acolhimento, para serem preparados para o mercado de trabalho. A reunião teve a participação da coordenadora da Ceij, Desembargadora Soraya Nunes Lins, da vice-coordenadora, Juíza de Direito de 2º grau Rosane Portella Wolff, e da secretária interina, Assistente Social Cristine Pereira Tuon Sposito, além das representantes da FIESC, Bianca Menezes Gobbi Paulette e Rosana Baron Zimmer Mendes, e da AMC, Andrea da Silva.

✓ NOTAS

■ **LIVRO:** "Diário de Bordo de um Juiz das Causas Humanas" é o título do novo livro do Juiz João Marcos Buch, da Vara de Execução Penal de Joinville, que será lançado no próximo dia 1º de julho, às 19h, na Casa das Rosas, em São Paulo. Durante o lançamento haverá, ainda, um bate-papo com o autor e com o Defensor Público do Estado de São Paulo Giancarlo Silkunas Vay sobre o tema "Sistema de Justiça Criminal e Direitos Humanos – a (r)evolução que se deseja".

A obra, já disponível à venda, tem introdução do Desembargador Luiz Cézar Medeiros e reúne crônicas que revelam os momentos do dia a dia de um Juiz que procura ir além das leis, artigos, incisos, parágrafos, na tarefa de fazer justiça. O livro revela também a preocupação do Magistrado com as causas humanas, bem como a sua luta para proporcionar aos detentos um cumprimento de pena em condições dignas, da forma mais justa e proveitosa possível.

■ **AGASALHOS:** No início de junho, o Juiz de Direito da Comarca de Tangará, Flávio Luís Dell'Antônio, juntamente com Servidores, entregou a cada uma das 372 crianças - com idade entre 6 meses a cinco anos-, que frequentam as creches dos municípios de Ibiam, Pinheiro Preto e Tangará, um conjunto de agasalho composto de uma calça, uma jaqueta e uma camiseta. Os kits foram adquiridos com recursos provenientes de transações penais e penas pecuniárias, aplicadas pelo Poder Judiciário local com a participação do Ministério Público.

Segundo o Magistrado, na parte da frente da jaqueta e camiseta consta a escrita "Fórum de Tangará", cuja finalidade é evitar que se faça uso político com a doação e, na parte de trás da jaqueta e da camiseta, tem-se a frase "Estudar é Preciso!", cujo objetivo é "lembrar aos pais e aos próprios menores que somente com muito estudo é que as crianças terão um futuro melhor".

DIVULGAÇÃO CBSC

■ **HOMENAGEM 1**: *Os Desembargadores Cesar Abreu e Jorge Luiz de Borba, ambos integrantes do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), foram agraciados com o título de "Amigo do Corpo de Bombeiros".*

A solenidade ocorreu no dia 10/6, na sede dos Bombeiros, na Capital, oportunidade em que a corporação formou 25 novos aspirantes a oficial e realizou a promoção de praças e oficiais.

■ **HOMENAGEM 2**: *A Juíza* **Maria Augusta Tridapalli**, *titular da 2ª Vara, e a Promotora de Justiça Kariny Zanette Vitória, responsável pela 2ª Promotoria de Justiça, ambas lotadas na comarca de São João Batista, foram homenageadas com Moção de Aplausos em sessão solene realizada na Câmara Municipal de Vereadores de São João Batista. A deferência se deu em razão dos relevantes serviços prestados à sociedade local por meio de recente atuação em casos de sequestros ocorridos naquele município. A sessão, em que também foram agraciados integrantes das forças policiais que atuaram nos episódios, aconteceu no dia 20/6.*

TECNOLOGIA

CGInfo aprova equipamentos para videoconferência

O Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGInfo), em reunião comandada pelo Desembargador Túlio Pinheiro no dia 13/6, aprovou a disponibilização de equipamentos e infraestrutura para o uso de videoconferências.

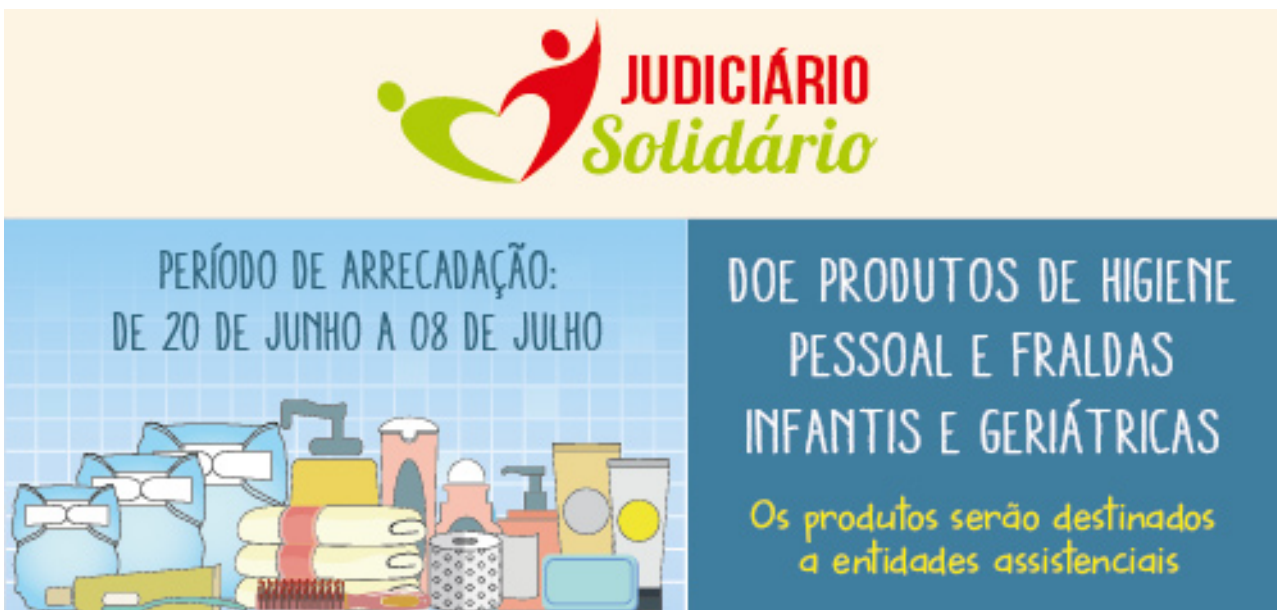
A princípio, a tecnologia será utilizada em caráter experimental na Unidade de Apuração de Crimes Praticados por Organizações Criminosas da Capital, tanto para a realização de audiências como de reuniões administrativas, por meio do sistema Skype for Business, já contratado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). Na sequência, de acordo com os resultados, o projeto deve ser ampliado para as 14 comarcas que realizam audiência de custódia e, enfim, para todas as unidades jurisdicionais do Estado. A expectativa é que o projeto piloto inicie suas atividades no próximo mês.

SANDRA ARAUJO/IMPRENSA TJSC

"O projeto representa um avanço, no sentido de agilizar o contato com todos os envolvidos no processo, garantindo maior qualidade na prestação jurisdicional, ao possibilitar o contato direto do juiz com a prova, e diminuição na duração do processo", ressalta o Juiz Fernando Rodrigo Busarello.

Segundo o Juiz Marlon Negri, a medida implica em menos despesas e riscos no transporte de presos. "É um ganho tanto em economia para os cofres públicos, que terão menos gastos com deslocamento, quanto em segurança. Além disso, representa um passo para o futuro, já que, hoje em dia, grandes empresas já usam desta tecnologia para racionalizar o tempo e ganhar em celeridade", afirma.

Tribunal de Justiça e AMC, em ação conjunta, lançam campanha "Judiciário Solidário"



Começou no dia 20 de junho, e vai até o dia 8 de julho, a campanha "Judiciário Solidário", promovida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) e pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). O objetivo da ação conjunta, nesta primeira etapa, é arrecadar produtos de higiene pessoal e fraldas, infantis e geriátricas, de forma a auxiliar e contribuir com a saúde e o bem-estar das pessoas necessitadas no Estado.

Os produtos serão arrecadados, na sede da AMC e ESMESC, na Capital, assim como em todos os fóruns e unidades administrativas do Poder Judiciário de Santa Catarina. O presidente do TJ, Desembargador José Antônio Torres Marques, e o presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, contam com o apoio de todos para o sucesso da ação. A campanha "Judiciário Solidário" terá caráter permanente e, no transcurso do ano, atenderá circunstancialmente pessoas e instituições com necessidades prementes.

■ **SUSTENTABILIDADE:** A Diretora do Fórum da comarca de Brusque, Juíza Cláudia Ribas Marinho, abriu, no dia 9/6, os eventos realizados no Fórum em comemoração à VII Semana do Meio Ambiente do Poder Judiciário.

Na ocasião, a Assistente Social e colaboradora da Unimed-Brusque, Camile Bruns, proferiu uma palestra sobre o tema "Gestão e Sustentabilidade". Na sequência, os participantes foram convidados para visitar a exposição de trabalhos artesanais, confeccionados com material reciclável, pelos alunos da APAE Brusque.

Os alunos personalizaram blocos de rascunho, sob o tema "sustentabilidade" e entregaram aos servidores e estagiários.

■ **SAÚDE MENTAL:** Juízes e outros Operadores do Direito estiveram reunidos, nos dias 10 e 11/6, com profissionais da Medicina Psiquiátrica na "3ª Conferência Nacional Saúde Mental e Direito: construindo interfaces/concretizando direitos".

O evento, que nasceu na Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), onde ocorreram suas duas primeiras edições em 2013 e 2014, este ano realizou-se no município de São Luís, no Maranhão, nas dependências do Fórum Sarney Costa. Participaram do evento duas Juízas catarinenses, Ana Cristina Borba Alves e Mônica Elias De Lucca, desde a coordenação científica até as mesas e oficinas.

AMC 55anos | ESMESC 30anos

Florianópolis recebe encontro de dirigentes das Escolas da Magistratura

FOTO/FÁBIO EDUARDO SILVA

A Capital catarinense foi palco para a abertura, na noite do dia 16/6, da quadragésima terceira edição do Colégio Permanente de Diretores das Escolas Estaduais da Magistratura (COPEDEM). Magistrados catarinenses e de todo o País, Estudantes e demais Operadores do Direito praticamente lotaram o auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC). O evento marcou o início das comemorações alusivas aos 55 anos da AMC e 30 anos da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC).

O Diretor da ESMESC, Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, deu as boas vindas aos participantes, oportunidade em que destacou a importância da entidade e das demais espalhadas nas unidades da Federação na formação dos futuros Juízes. "O trabalho dos Juízes ocupa o centro da cena sociológica, não apenas no Brasil, mas em todo o planeta. E cada vez mais se exige do Magistrado conhecimentos que vão muito além da grade curricular dos cursos de Direito e que precisam ser passados não apenas aos novos Juízes, mas a todos os Magistrados, na forma de atualização constante", frisou.

O Juiz Odson Cardoso Filho, presidente da AMC, também falou dos objetivos do encontro. "A programação deste evento guarda estreita correlação com a nossa função, com a nossa Classe, e tem o objetivo maior de promover e engrandecer, de sinalizar e construir bases para o futuro, isto é, em época tormentosa, em que a sociedade brasileira, atenta, clama pela intervenção do Poder Judiciário e de seu principal agente para a retomada e prevalência da Ordem e do Direito", pontuou.

O papel do Magistrado na cena contemporânea e o papel das Associações de Magistrados também fez parte da explanação do presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador José Antônio Torres Marques. "Em tempos de operação Lava Jato, em que o Poder Judiciário encontra-se na berlinda, este evento se mostra importante, as Associações de Magistrados assumem um papel de destaque na defesa da Classe. E a AMC consolidou-se como instituição imprescindível para o fortalecimento da Magistratura e Poder Judiciário, bem como a ESMESC na formação dos Magistrados", ressaltou.

O diretor da Academia Judicial, Desembargador Luiz Cézar Medeiros, falou dos relevantes serviços prestados pela ESMESC na formação dos Juízes. "A ESMESC não só prepara para o concurso de ingresso na Magistratura, mas também para o exercício da judicatura", sublinhou.

Logo após as homenagens aos diretores e professores da ESMESC, o presidente do COPEDEM, Desembargador Antônio Rulli Júnior, fez uso da palavra. Ele citou avanços e conquistas das Escolas da Magistratura. "É uma alegria muito grande participar deste momento em que se comemora os 30 anos da ESMESC e 55 anos da AMC. E, ainda mais emocionante, pelo fato de quase todos os Estados estarem representados aqui neste evento", disse.

O COPEDEM também prestou homenagens aos dirigentes do TJ/SC, AMC, ESMESC e Academia Judicial. Em seguida, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP), Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, realizou a conferência da noite, oportunidade em que tratou da formação dos Magistrados. "Estamos vivendo um momento complexo, sobretudo com o advento da tecnologia. E nós Magistrados precisamos estar preparados para este novo tempo. Vamos ter ainda grandes desafios, pois do Juiz vai se cobrar firmeza ética e preparo intelectual. A formação terá que ser constante, tanto para os mais novos quanto para os mais antigos. O concurso é só o começo. É importante a formação técnica, mas também é fundamental conscientizar o Juiz acerca do impacto, a responsabilidade, a necessidade de atentar para a razoabilidade e para as consequências das suas decisões", arrematou. O evento prosseguiu durante a sexta-feira, 17/6, no TJ/SC, com diversos painéis relacionados à formação dos Magistrados.

AMC 55anos | ESMESC 30anos

Conferência debate caminhos para a formação de Juízes-Cidadãos

FOTO/FÁBIO EDUARDO SILVA

No dia 17/6, Magistrados catarinenses estiveram reunidos no Pleno do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) para a Conferência de Formação e Recrutamento de Magistrados, evento alusivo aos 55 anos da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) e 30 da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (ESMESC). A solenidade reuniu especialistas para debater os desafios do Poder Judiciário, bem como apontar caminhos na busca por Juízes mais cidadãos.

Além dos anfitriões, o presidente da AMC, Juiz Odson Cardoso Filho, e o Diretor-Geral da ESMESC, Juiz Cláudio Eduardo Regis de Figueiredo e Silva, compuseram a mesa de abertura o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), Desembargador José Antônio Torres Marques, o Diretor-Executivo da Academia Judicial, Desembargador Luiz Cézar Medeiros, e os painelistas, Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos e Professor Antonio Pedro Barbas Homem (CEJ/Faculdade de Lisboa), que abriu os trabalhos.

Durante uma hora de explanação, Homem fez uma análise do atual cenário de formação e recrutamento de Magistrados em diferentes regiões da Europa. "Em muitos países europeus, o Ministério da Justiça ainda tem funções importantes, como definir o número de Magistrados", pontuou. Ele destacou ainda o modelo suíço, onde os Juízes são eleitos por mandato, "como funciona com os políticos".

■ DEBATES

Os trabalhos tiveram continuidade com painel do Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos, Secretário-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), que discorreu sobre a importância de se investir no agente do Estado, já que é ele o responsável pela pacificação social. "A preocupação com a formação dos Magistrados é recente, tem menos de 50 anos. A Constituição de 1988 já trazia essa preocupação com a atualização dos Juízes, mas o despertar só veio com a emenda 45, de 2004. A partir daí, o aprimoramento dos Magistrados ganhou outra dimensão, já que passou a ser dever de cada Juiz", explicou.

A Professora Maria Tereza Sadek, em seu painel "Judiciário e Democracia", destacou a importância e os desafios do fortalecimento do Poder Judiciário, tendo em vista sua heterogeneidade. "Não dá no mesmo ser Juiz no Brasil e em qualquer outro país. A realidade importa, e muito. As escolas estaduais de Magistratura têm uma importância e um papel tão importante quanto o das escolas de formação e recrutamento", afirmou.

Último palestrante da manhã, o Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Renato Nalini, ressaltou que o Juiz precisa "aprender a dialogar e a considerar todas as pessoas como iguais". "O derradeiro refúgio do brasileiro é o Judiciário. Quando, na verdade, o Poder Judiciário deveria ser uma alternativa e não a única solução. Diante disso, é preciso pensar na ética envolvida no recrutamento desses Juízes. Pois, como Juiz, eu não posso ignorar as consequências da minha decisão", pontuou.

■ PALESTRAS

As atividades retornaram no período da tarde, com palestra do Jurista Dalmo de Abreu Dallari. Ele ressaltou a importância do aprimoramento constante dos Juízes e do conhecimento em áreas como antropologia, filosofia e sociologia. "O Magistrado precisa entender dessas áreas para melhor desempenhar o seu papel, para conseguir se colocar no lugar do outro e ter uma visão mais clara de todo o processo", disse. Ele destacou ainda que "Santa Catarina é exemplo de um avanço considerável. A ESMESC foi criada dois anos antes da Constituição (1988), ou seja, antes da exigência constitucional".

O segundo painel da tarde amadureceu ideias em torno do recrutamento dos Juízes. "Temos hoje uma Magistratura jovem e com alta qualidade técnica. Mas, se o conhecimento técnico não é o problema na formação do Magistrado, há duas outras questões que precisam ser analisadas e discutidas: habilidade e atitude", ponderou o Desembargador Cláudio Luis Braga Dell'Orto em seu painel "A arte e o ofício de julgar".

Na mesma linha de pensamento, o Professor José Valter Arcanjo da Ponte destacou o papel do Magistrado. "O Juiz é um líder. Ou seja, ele tem que ter conhecimento de técnicas de liderança, fazendo uso de competências de gestão, que vão desde o uso de uma linguagem adequada até o saber lidar com as pessoas e com a imprensa".

Já a Juíza Vânia Petermann ressaltou a importância das Escolas Preparatórias para a Magistratura, como a ESMESC, na orientação e aperfeiçoamento dos futuros Magistrados. "No Brasil, o ensino jurídico não tem um direcionamento. Diferentemente do que ocorre na Alemanha, por exemplo. Os jovens formam-se em Direito e ficam perdidos", opina. Na sequencia, Vânia lançou e autografou o seu livro "Ser Juiz: caminhos para a jurisdição de qualidade".

Último painelista da Conferência, o Professor português Eduardo Vera-Cruz Pinto fez importantes reflexões acerca do Poder Judiciário brasileiro e do papel do Magistrado. "O Juiz deve agir dentro do processo. Atuem como Magistrados, sabendo que nunca poderão substituir o Legislativo e nem o Executivo", assinalou. E complementou: "O Direito existe para mudar a realidade pelo braço da Justiça, esta é a função do Magistrado".

Acesse as fotos do evento no site: www.amc.org.br

FOTOS/FÁBIO EDUARDO SILVA

Minha história... CONHEÇA A TRAJETÓRIA DA JUÍZA BETTINA MARIA MARESCH DE MOURA

"Julgar pessoas exige muito de um Magistrado"

"Julgar é se colocar no lugar do outro". O ensinamento do jusfilósofo Luis Alberto Warat é, para a Juíza Bettina Maria Maresch de Moura, a melhor definição do papel do Magistrado. "(Se colocar no lugar) Do autor e do réu, do agressor e da vítima e ponderar as consequências que aquela decisão terá em suas vidas", diz.

Juíza da 1ª Vara Cível de Chapecó, Bettina nasceu em Joaçaba, no meio-oeste catarinense. De cidade pequena, cresceu em uma casa cercada de muito verde e animais, como galinhas, patos e coelhos: "havia sempre muito espaço para brincar. Perto da minha casa havia terrenos baldios e também um ferro velho, onde o tempo parecia não existir. Nas férias ia a sítios na cidade de Treze Tílias, de colonização austríaca e também muito para Piratuba, onde há águas termais. Por pelo menos uma semana ia com uma vizinha na casa de sua avó, a qual ficava localizada ao lado do cemitério, onde passávamos horas perambulando, decorando nomes, arrumando flores caídas... às vezes dava um pouco de medo, mas fazia parte do interesse de estar ali. Já a adolescência foi uma época de amigos, festas, gincanas promovidas por rádios. Dá saudade lembrar de tudo isso".

Filha de mãe austríaca e de pai descendente (o avô paterno de Bettina era austríaco e sua avó, alemã), teve uma educação rigorosa. Todos os dias, ao menos duas horas eram dedicadas aos estudos. Além disso, dentro de casa, falava-se apenas em alemão. "Meus pais recebiam um jornal – Brasilpost – de onde minha mãe extraia pequenos artigos, para que eu lesse em voz alta. Dizia ela que um dia eu precisaria falar em público e que isto me ajudaria", recorda.

Aliás, desde a infância, a leitura sempre foi seu maior hobby, muito devido ao incentivo que recebeu dentro de casa. "Sobre a mesa da sala, sempre havia uma pilha de revistas e jornais. Sentar-se ali e começar a ler alguma coisa, para depois conversar nas refeições sobre as novidades, era quase automático. Ainda hoje, meu pai, aos 87 anos, assina vários periódicos e passa boa parte do dia lendo. Minha mãe, uma leitora voraz e que tanto me incentivou, hoje apenas me ouve, devido ao mal de Alzheimer".

A ligação com o Direito também veio cedo. Na adolescência, Bettina gostava de participar de peças de teatros, escrevendo, inclusive, os roteiros, com os quais ganhou dois prêmios estaduais. Também participava dos grêmios estudantis e tinha, como diz, a "mania de tentar resolver os problemas dos outros" e tecer críticas sobre o que achava errado. "Os colegas falavam que eu seria promotora", lembra.

Com 15 anos, mudou-se para Florianópolis para concluir o ensino médio. "Muitos anos depois, meu filho mais velho foi para a Capital e, coincidentemente, acabou estudando no mesmo prédio e exatamente na mesma sala de aula", conta.

Prestou vestibular para o curso de Direito, logrando êxito perante a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ainda caloura, estagiou na Caixa Econômica Federal onde, mais tarde e após concurso público, trabalhou como economiária. "Exerci minhas funções na superintendência que ficava na Beira Mar Norte, num setor que se chamava 'Venda e Administração de Imóveis'. Este setor era responsável por toda a documentação dos imóveis que eram retomados pela CEF, formulação de editais para nova alienação e refinanciamento. Como já fazia o curso de Direito, acabei me dedicando a toda a legislação pertinente e era praticamente a única responsável por todos os editais de venda no Estado", diz. Acrescenta que "ainda antes do término do curso e como o horário de bancária permitia, comecei a trabalhar em um escritório de advocacia. Formada, fiz novo concurso público, desta feita para advogada da CEF. Diante da minha colocação, fui chamada para trabalhar em Brasília, mas decidi ficar em Florianópolis."

A próxima etapa foi cursar a Escola da Magistratura. Durante os estudos, se submeteu ao primeiro concurso para a Magistratura. "Não passei para a prova oral, por um erro crasso cometido pelo presidente da Comissão, hoje já falecido. Naquela época não se recorria como hoje. Por conta do ocorrido, decidi que não iria mais participar de nenhum concurso estadual. Mas, por insistência de uma colega e hoje Juíza de Direito, acabei me submetendo a novo certame, no qual logrei êxito, iniciando minha carreira no Judiciário catarinense. Na época do concurso, eu recebia de salário quase duas vezes e meia o que passaria a receber como magistrada. Havia uma novela cuja personagem era protagonizada pela Bruna Lombardi e cujo nome fícticio era Bettina. Ciente que iria morrer, ela doou seu coração. Durante a prova oral, o saudoso Des. Ernani de Palma Ribeiro com o meu contracheque na mão, me perguntou se assim como aquela Bettina, eu também doaria meu coração à magistratura e foi o que eu fiz."

Ficou pouco tempo como Juíza substituta na Capital, logo sendo encaminhada para a Comarca de Chapecó. Em tese, permaneceria por dois meses, mas, desde então, passaram-se quase 23 anos. "Como substituta, não houve comarca do oeste e meio-oeste onde não trabalhei, mesmo que por apenas um dia, para realizar audiências. Acabei conhecendo meu futuro esposo, casei, tive dois filhos - hoje com 20 e 14 anos. Iniciei como titular em São Domingos. Fui então para São Miguel do Oeste e lá aguardei abrir vaga em Chapecó, onde havia ficado minha família. A vida foi uma estrada por pelo menos oito anos, até que enfim, voltei. Trabalhei no Juizado Especial até a aposentadoria de um colega e em 2002 assumi na 1ª Vara Cível de Chapecó, onde estou até hoje", relata.

Ao longo da carreira, muitos foram os casos marcantes: rebelião em penitenciária, fechamento de hospital, afastamento de político, autorização para enterro, prisão de cartorário. "Quando se olha para trás, é como se tivesse três vezes mais anos do que efetivamente tenho. São tantos os fatos, tantos os lugares, que a percepção que se tem, é que você estava dentro de uma novela e que não apenas as partes que integram os autos vivenciaram tudo aquilo, mas você também. Você sofreu e se alegrou com cada momento que lhe foi apresentado. Terminado o processo, ele foi arquivado e como nos folhetins, outra história se inicia, com novos personagens."

Dentre tantos processos, dois casos vem à memória da Magistrada de forma recorrente: "Trabalho exclusivamente no cível há muitos anos, mas quando se fala em alguma situação marcante, dois feitos criminais me vem instantaneamente à mente. Foram crimes de abuso sexual contra duas crianças. Uma por um pastor e outra pelo próprio pai. Jamais vou esquecer o depoimento dos agressores e destas duas crianças, seus rostos e, em especial, seus olhos. As duas vítimas eram crianças extremamente bonitas, com sete e oito anos. Amadurecidas por uma vida de pobreza, falavam como adultas, discorrendo o relato chocante. O irmão de uma delas, com apenas quatro anos, tentou socorrê-la e foi arremessado pelo pai, tendo traumatismo craniano, vindo posteriormente a óbito. A mãe, que denunciou o crime, veio meses depois pedir a soltura, porque ela e os demais cinco filhos pequenos estavam morrendo de fome. Quanto a outra, submetia-se a lascívia de uma pessoa que se dizia temente a Deus, para que pudesse ao final receber um sanduíche e um refrigerante, que lhe eram mostrados e oferecidos, mas só entregues após horas de agonia. Julgar sobre coisas, valores monetários, é muito fácil. Já julgar pessoas, interpretar sentimentos, exigem muito de um Magistrado".

Para os colegas de profissão, ela deixa como mensagem o respeito a cada vida envolvida no processo. "Hoje muitos Juízes falam em números, pensam em números e não em situações efetivamente resolvidas de forma justa. Sei que as cobranças e as promoções têm ocasionado este efeito, pela excessiva importância que tem sido conferida a dados estatísticos. Mas um Juiz não deve trabalhar com uma calculadora, mas com a cabeça, o coração e muita dedicação".

PODER JUDICIÁRIO

SC não tem estrutura para audiências de custódia

FOTO/IMPRENSA TJSC

Magistrados de todo o Estado já sentem as dificuldades advindas da falta de estrutura para realização das audiências de custódia. Além disso, verifica-se também o comprometimento da pauta em varas criminais e, inclusive, preocupação com relação à segurança. Por essa razão, os Juízes consideram premente a necessidade de o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC) dotar as comarcas de condições adequadas para o bom funcionamento das audiências.

Pelo projeto, toda pessoa que for presa em flagrante deve ser apresentada ao Juiz em prazo curto, normalmente de 24 horas, oportunidade em que se verifica a necessidade de manutenção do encarceramento ou a possibilidade de aplicação de medida cautelar alternativa.

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça de Santa Catarina realizou, no dia 10/6, uma nova reunião, sob o comando do supervisor do GMF/TJSC, Desembargador Roberto Lucas Pacheco, e da coordenadora estadual da Justiça Criminal e das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Domiciliar, Juíza de Direito de 2º Grau Cinthia Beatriz da Silva Bittencourt Schaefer, para discutir as audiências de custódia no âmbito do Poder Judiciário de Santa Catarina. O encontro reuniu TJ e representantes dos órgãos vinculados à realização da audiência para avaliação do atual fluxo e das dificuldades ainda existentes que buscam solução.

Em etapa inicial de implantação gradativa, a audiência de custódia ocorre desde 1º de maio deste ano em 14 comarcas e, na Capital, desde 21 de abril, na forma da Resolução CM n. 1/2016, de 20 de abril de 2016. Nesse período, foi constatada a média de 50,7% de concessões de liberdade provisória e 49,3% de prisões provisórias.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça anunciou algumas ações para dinamizar o projeto: cooperação de Juízes Substitutos em comarcas com maior demanda, formação de grupo técnico de trabalho para desenvolvimento de rotinas e aplicativos no Sistema de Automação do Poder Judiciário (SAJ) e estudos acerca da viabilidade de videoconferência e da contratação de Policiais Militares para prover segurança também em dias sem expediente forense.

Foram analisadas, a partir de recente levantamento, ponderações e sugestões de Magistrados sobre a audiência, que servirão de base para novas medidas do GMF. O Desembargador Roberto Pacheco considerou o novo encontro bastante produtivo. “A parceria do Judiciário com os demais órgãos tem permitido aprimorar a realização da audiência e obter avanços na formulação de soluções”, comentou. Participaram das discussões os integrantes do GMF, Juiz auxiliar da Presidência, Carlos Roberto da Silva, a Juíza-corregedora Lilian Telles de Sá Vieira, da Casa Militar e Conselho de Segurança Institucional do TJ.

Estavam também representados a Procuradoria-Geral de Justiça, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Defensoria Pública Estadual, a Ordem dos Advogados do Brasil - Santa Catarina, a Procuradoria-Geral do Estado, as Secretarias de Estado da Casa Civil, da Justiça e Cidadania, da Fazenda e da Segurança Pública, as Polícias Civil e Militar, o Departamento de Administração Prisional (DEAP) e o Instituto Geral de Perícias.

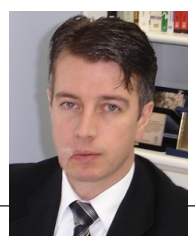
OPINIÃO

Com o intuito de aprofundar o debate sobre o projeto "Audiências de Custódia", a Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) apresenta dois pontos de vista distintos de Magistrados do nosso Estado sobre as audiências de custódia. Confira, abaixo, as entrevistas:

JUIZ JOAREZ RUSCH
1ª VARA CIVEL DE LAGES

AMC – Qual a sua posição sobre as audiências de custódia?
Juiz Joarez Rusch - O modelo de audiência de custódia implantado através de uma resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fonte evidentemente sem legitimidade para tal, na medida em que se trata de matéria processual e tenta criar regras para ramos além da esfera do Poder Judiciário, é apenas mais um passo de burocracia no já caótico sistema penal. O caos do sistema penal, deve ser dito, tem origem na evidente falta de investimentos na área, em especial abertura de vagas e o claro aumento da criminalidade. Assim, a apresentação do preso em prazo exíguo ao Juiz para verificar as condições pessoais e sua integridade física, colocando em dúvida a lisura de todos os demais atores do Estado, em especial a Polícia Militar e o Delegado de Polícia, não surte nenhum efeito concreto, em atenção do fato de que a legislação não permite uma efetiva solução do problema, que é a imediata aplicação de uma pena, ou seja, a audiência não suprime a necessidade da instrução penal e, assim, apenas sobrecarrega o Juiz. A análise da existência de crime a ensejar a manutenção da prisão e eventual abuso ou violência durante a prisão, já possuem mecanismos legais e não é o simples fato de o preso estar na presença de um Juiz que a análise será de forma diversa e a violência não mais vai ocorrer. Não suficiente, o ação do CNJ esqueceu de dar atenção à vítima, ou seja, aquela que teve concretamente seus direitos violados, o que não deixa de causar perplexidade a qualquer cidadão, na medida em que o autor do crime recebe tratamento especial apenas para verificar uma possível supressão de algum direito. Parece necessário criar uma legislação acerca da apresentação do preso, mas pela via adequada, em prazo razoável, não com tamanha urgência como faz a resolução, já prevendo meios para aplicação de pena.

AMC – SC possui estrutura adequada para a implantação do projeto?
Juiz Joarez Rusch - Agora que ditas audiências já estão em andamento, percebe-se a total falta de estrutura do Estado para sua realização. Existe, com todo respeito, uma ação amadora para sua realização. Não existe local adequado, quer para manutenção do conduzido antes da audiência, quer para o próprio ato, além de se retirar agentes públicos de sua função original para colocar em outra, tudo isto gerando custos, onerando ainda mais as já combalidas finanças do Estado e o próprio sistema de segurança. Não se pode deixar de frisar que a Defesa do conduzido na audiência tem sido bastante precária, observando-se a limitação de estrutura e a consequente ausência dos Defensores Públicos. Restou mais evidente também, a falta de segurança de todos os envolvidos, principalmente em razão de a Resolução indicar, na contramão de qualquer análise mais desapaixonada e dos exemplos de outros países, a não utilização de algemas, além dos locais facilmente violáveis, inadequados para a realização dos atos. Estes são problemas já identificados nas grandes Comarcas e que com certeza irão se agravar ainda mais quando houver a extensão para as Comarcas menores.



JUIZ JOÃO MARCOS BUCH
VARA DE EXECUÇÃO PENAL DE JOINVILLE

AMC – Qual a sua posição sobre as audiências de custódia?
Juiz João Marcos Buch - É um avanço. Através da audiência de custódia, o Juiz sai dos meandros burocráticos da lide forense e confronta-se com a realidade. E a partir dessa realidade, pautado na Constituição e nas leis, ele melhor pode avaliar a necessidade de alguém ser mantido ou não preso provisoriamente no aguardo de ser julgado. A audiência de custódia é mais um passo para colocar a prisão provisória no seu devido lugar, uma exceção, jamais uma regra. Por outro lado, com encaminhamentos alternativos a prisão, por meio de serviços sociais, centros de assistência etc, evitar-se-á que jovens ingressem num sistema prisional viciado e superlotado, com facções. Com isso reduz-se a violência, especialmente a urbana. De uma forma ou de outra, é necessário observar, respeitadas opiniões contrárias, que esse debate sobre viabilidade e efeitos da prática está superado. O Poder Judiciário, com a instalação das audiências de custódia nada mais faz do que fortalecer a prerrogativa constitucional irrenunciável da jurisdição, cumprindo o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e a Convenção Americana de Direitos Humanos, que já integram o ordenamento jurídico nacional, por força do disposto no art. 5º, §2º, da Constituição Federal. Assim, é preciso ir adiante, sem retrocessos.

AMC – SC possui estrutura adequada para a implantação do projeto?
Juiz João Marcos Buch - Ainda não possui, mas teve tempo suficiente para se preparar. Desde o início de 2015 o CNJ e depois o STF deram os indicativos sobre a obrigatoriedade das audiências de custódia a partir de 1º de maio de 2016. Assim, cabe agora a SC buscar todos os instrumentos para esse novo procedimento, sempre observando que o jurisdicionado não pode sofrer as consequências das carências do sistema de Justiça criminal.

12 ANOS

Rádio Justiça: cidadania no ar

FOTO/DIVULGAÇÃO

Na cidade de Tubarão, no Sul do Estado de Santa Catarina, Juízes da região participam há 12 de anos de um programa de rádio, que tem como propósito esclarecer as dúvidas dos ouvintes sobre as mais diversas questões ligadas ao Direito. O Juiz Maurício Fabiano Mortari conta que a ideia surgiu quando o radialista local Geraldo Salvador foi ao Fórum da comarca de Tubarão para entrevistar o Juiz Paulo Ricardo Bruschi, hoje Juiz de Direito de 2º Grau no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC). O objetivo era esclarecer uma dúvida enviada por uma ouvinte da Rádio Tubá. A resposta foi gravada e transmitida. A partir daí novas perguntas foram feitas e veiculadas pela emissora.

E foi por conta do interesse da comunidade que se vislumbrou a possibilidade de os Juízes irem à rádio para esclarecer tais dúvidas, nascendo assim o embrião do programa. "Aproximadamente um mês depois desse primeiro contato é que iniciou o programa Rádio Justiça, com uma hora de duração, já com a participação de vários Juízes. Com o tempo também passaram a participar do programa os Juízes Federais e Trabalhistas, tendo em vista que as dúvidas também envolviam essas áreas", conta Mortari.

Ao longo desses 12 anos passaram pelo programa vários Magistrados, entre eles: (Justiça Estadual) **Paulo Ricardo Bruschi**, Júlio César Knoll, Jairo Fernandes Gonçalves, Paulo da Silva Filho, Brigitte Remor de Souza May, Luiz Fernando Boller, Cláudio Barbosa Fontes Filho, Elleston Lissandro Canali, Miriam Regina Garcia Cavalcanti, Maurício Fabiano Mortari, Lírio Hoffmann Júnior, Edir Josias Silveira Beck, Lara Maria Souza da Rosa Zanotelli, Liene Francisco Guedes, Cleusa Maria Cardoso, Giuliano Ziembowicz e Eron Pinter Pizzolatti; (Justiça Federal) Mauro Sbaraini, Hélder Teixeira de Oliveira, Enrique Feldens Rodrigues e Rafael Martins Costa Moreira; (Justiça do Trabalho) Ricardo Kock.

O programa conta atualmente com 1h30 de duração, sendo veiculado pela Rádio Tubá, que é a emissora mais tradicional de Tubarão, sendo sintonizada na frequência 730 AM, abrangendo a região que compreende o Litoral Sul SC, parte do Planalto Serrano SC e Norte RS. O programa é feito ao vivo nas sextas-feiras, das 10h30 até às 12h, sendo apresentado pelo radialista Geraldo Salvador e coordenado pelo Juiz Eron Pinter Pizollatti. Os ouvintes encaminham suas perguntas através do telefone; pelo mural de recados da rádio, que é disponibilizado no site da emissora; por e-mail; por carta; e pelas redes sociais. Em geral as perguntas abrangem questões de Direito de Família e Sucessões, Direito do Consumidor, questões previdenciárias ligadas à aposentadoria, auxílio-doença e acidente de trabalho, assim como dúvidas acerca de direitos trabalhistas. Também são comuns perguntas acerca do funcionamento da Justiça. As perguntas são respondidas na medida em que chegam na rádio, sendo que se não for possível uma resposta imediata, fica o compromisso de responder no programa seguinte. "Deixa-se claro que não serão respondidas perguntas relativas a processos específicos ou casos concretos. Também procuramos repassar orientações para prevenir a ocorrência dos litígios, por exemplo,

sobre a importância de buscar orientação de Advogado antes de fechar um negócio, fazer contratos por escrito, elaborar testamento caso queira-se evitar discussões futuras entre os herdeiros, documentar todos os contatos com um fornecedor para resguardar os direitos do consumidor, assim como sempre destacamos a importância da conciliação para evitar que as questões sejam judicializadas", explica Mortari.

De acordo com o Magistrado, a comunidade de toda a região reconhece a importância do programa. Prova disso, é o fato de ele ser um dos campeões de audiência da Rádio Tubá. "Frequentemente os ouvintes ligam ou enviam mensagens apenas para parabenizar os Magistrados e a preocupação de levar orientação à população, o que é bastante gratificante. Ao longo desses 12 anos de programa nunca ocorreu nenhuma situação de desrespeito ou que constrangesse os Juízes participantes, havendo um reconhecimento da população pelo serviço que é prestado pelo programa", ressalta.

Na opinião do Juiz Maurício Mortari, a população mais carente tem muitas dificuldades de acesso ao atendimento jurídico, que em Tubarão é prestado de modo gratuito apenas pela UNISUL (Universidade do sul de Santa Catarina) e pela Defensoria Pública, mas ainda assim apenas em relação a determinadas matérias. "Daí porque, a população muitas vezes vale-se do programa para buscar as orientações mínimas para dar encaminhamento a algum litígio em que estejam envolvidas ou mesmo visando prevenir a ocorrência do litígio. Evidente que o programa não supre a deficiência da assistência jurídica gratuita que deveria ser prestada pelo Estado de forma mais eficiente e abrangente, mas surge como um elemento importante na orientação da população - especialmente a mais carente -, tanto que já perdura por 12 anos. Cremos que para os Juízes a importância decorre da possibilidade desse contato com a população, desmistificando-se aquela figura do Juiz enclausurado em seu gabinete. Essa aproximação com a população mostra que o Poder Judiciário pode prestar um serviço informativo sem que se comprometa a imparcialidade do magistrado, já que todas as perguntas são respondidas levando em conta situações hipotéticas", complementa.

A Rádio Tubá está implementando um canal de televisão, cuja programação a princípio será veiculada apenas por uma empresa de TV a cabo de Tubarão. A ideia é manter o programa no estúdio de rádio como ocorre atualmente, mas também transmitindo as imagens pelo canal de TV, meio que certamente aumentará o público abrangido pelo programa.